

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA FORMAIS

REGIMENTO

Artigo 1º

OBJETO

O regimento estabelece o regime de funcionamento do Departamento Curricular de Ciências Formais nos aspetos em que os normativos legais sejam omissos.

Artigo 2º

ÂMBITO

O presente regimento aplica-se exclusivamente ao Departamento de Ciências Formais do Agrupamento de Escolas de Alcochete.

Artigo 3º

COMPOSIÇÃO

O departamento é composto por todos os professores do grupo duzentos e trinta (230) que lecionem matemática, do grupo quinhentos (500) e do grupo quinhentos e cinquenta (550).

Artigo 4º

CONSELHO DE DEPARTAMENTO

O conselho de departamento é composto pelos representantes de matemática do segundo ciclo, matemática do terceiro ciclo e ensino secundário, informática e pela coordenadora.

Artigo 5º

COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE DEPARTAMENTO

São competências do conselho de departamento:

1. Coordenar as atividades dos grupos disciplinares que constituem o departamento;
2. Apreciar e ratificar as planificações das atividades letivas elaboradas nos diversos grupos que constituem o departamento, com base nos manuais adotados, nos programas curriculares e nas metas curriculares (sempre que se aplique), para o ano escolar e por período;

3. Apoiar os docentes na preparação de todas as atividades letivas e não letivas;
4. Colaborar na formulação de propostas, com vista à execução do projeto educativo e do plano anual de atividades, ouvidos os grupos disciplinares que constituem o departamento;
5. Propor a adoção de manuais escolares, ouvidos os grupos disciplinares que constituem o departamento;
6. Propor a aquisição de bibliografia, ouvidos os grupos disciplinares que constituem o departamento;
7. Analisar o regulamento interno e elaborar propostas de alteração, ouvidos os grupos disciplinares que constituem o departamento;
8. Colaborar com o conselho pedagógico na elaboração do plano de formação do departamento e do Agrupamento, elaborar propostas para o plano anual de atividades, ouvidos os grupos disciplinares que constituem o departamento;
9. Elaborar pareceres no que se refere a programas, organização e coordenação curriculares, ouvidos os grupos disciplinares que constituem o departamento;
10. Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica, ouvidos os grupos disciplinares que constituem o departamento;
11. Promover a interdisciplinaridade e a articulação curricular;
12. Colaborar com os demais grupos e setores pedagógicos da escola.

Artigo 6º

COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR

São competências do coordenador:

1. Presidir às reuniões do conselho de departamento;
2. Representar o departamento curricular no conselho pedagógico, atuando como elo de ligação;
3. Assegurar a articulação/ cooperação entre o departamento e as restantes estruturas de orientação educativa, especialmente na análise, desenvolvimento e avaliação de medidas de orientação e inovação pedagógica;
4. Garantir a participação do departamento na elaboração, desenvolvimento projeto educativo do Agrupamento, do plano anual de atividades e do regulamento interno;
5. Detetar as necessidades de formação dos professores do departamento, colaborando na concretização da superação das mesmas;
6. Orientar e coordenar a atuação pedagógica dos docentes;

7. Assegurar a participação do conselho de departamento na análise da orientação pedagógica do agrupamento;
8. Convocar as reuniões de departamento e divulgar a ordem de trabalhos;
9. O coordenador de departamento nomeará, em cada reunião, um docente de entre os membros do conselho para secretariar a reunião;
10. Elaborar o relatório anual do departamento;
11. Exercer o voto de qualidade em caso de empate nas votações;
12. Exercer as funções de avaliação que lhe forem atribuídas, de acordo com a legislação em vigor;
13. Exercer outras competências que eventualmente lhe venham a ser atribuídas no âmbito do regulamento interno do agrupamento.

Artigo 7º

NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE DEPARTAMENTO

O coordenador de departamento é eleito de entre três docentes propostos pela diretora.

Artigo 8º

REUNIÕES

1. O coordenador reunirá ordinariamente com as representantes de grupo do seu departamento sempre que necessário, preferencialmente na sequência de reuniões do conselho pedagógico;
2. Haverá reuniões extraordinárias plenárias sempre que o coordenador do departamento ou, pelo menos, 2/3 dos docentes as solicitarem. Neste caso, terá que ser indicado o motivo da reunião extraordinária;
3. As reuniões ordinárias só poderão realizar-se na presença de metade mais um dos membros do conselho;
4. De cada reunião será redigida uma ata, da qual uma cópia será arquivada no dossier de Departamento e o original será entregue à direção;
5. As faltas dadas pelos docentes a uma reunião de Conselho de departamento terão a equivalência a dois tempos letivos;
6. As faltas serão registadas pelo coordenador de departamento.

Artigo 9º

DELIBERAÇÕES

1. Sem prejuízo dos casos em que a lei ou o regimento exijam maioria qualificada, as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, tendo o coordenador, em caso de empate, o voto de qualidade;

2. Sempre que qualquer proposta seja sujeita a votação, esta será pública ou secreta, conforme o conselho de departamento assim o defina.

Artigo 10º

VIGÊNCIA DO REGIMENTO

1. O presente regimento poderá ser revisto anualmente ou pontualmente, se o conselho de departamento assim o entender;

2. Qualquer alteração ao regimento terá de ter a aprovação da maioria dos membros do departamento.

Artigo 11º

CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente regimento serão resolvidos pontualmente pelo conselho de departamento, nos termos da lei.

Artigo 12º

ENTRADA EM VIGOR

Este regimento entra em vigor no dia imediato à sua aprovação.

Alcochete, setembro de 2015